

O TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO: NOTAS A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Neste texto pretende-se apresentar e discutir as especificidades do trabalho autogestionário, tomando como base a literatura sobre economia solidária, bem como, entrevistas realizadas com trabalhadores que participam de tais empreendimentos. A autogestão é uma das principais características da economia solidária, que em seu bojo é definida como um projeto anticapitalista. Desta forma, serão analisadas as possibilidades do trabalho autogestionário diferenciar-se efetivamente de alguns atributos do trabalho quando inscrito e orientado pela lógica do capital. Ressalta-se que não se trata de uma idealização destas práticas, mas sim, de reconhecer seus limites e possibilidades na construção de outra forma de trabalho – quiçá mais próximo daquele descrito por Marx.

Palavras-chave: Trabalho - Autogestão- Economia Solidária – Anticapitalismo

Manuela Salau Brasil -Economista, Mestre em Ciências Sórias Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Rua Gastão Câmara, 645, ap. 1605 Bigorrião – 80730-300 Curitiba-Paraná. manu_lela2@hotmail.com

Introdução

A economia solidária, cuja autogestão é uma das principais características, tem um relação de cumplicidade com o Fórum Social Mundial (FSM). Ao longo das dez edições do FSM a economia solidária vem sendo gestada como movimento social e também como política pública. Neste espaço a economia solidária deixou de ser assunto de oficinas específicas para ganhar voz em diversas mesas redondas e nos debates principais. Prova desta comunhão deu-se com o “I Fórum Social de Economia Solidária” e a “I Feira Mundial de Economia Solidária” incluídos na programação do 10ª. Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre e região metropolitana no ano de 2010.

Durante estes eventos entrevistamos 12 (doze) trabalhadores participantes da economia solidária, indagando-os a respeito da prática do trabalho autogestionário. Estas percepções são relatadas no presente texto, que está estruturado da seguinte forma: após esta introdução realizamos breves comentários a respeito da relação entre o Fórum Social Mundial e a economia solidária. Em seguida registramos as falas dos trabalhadores entrevistados, além de algumas referências sobre a autogestão, priorizando a visão de Paul Singer. Por último, as considerações finais.

1. FSM e economia solidária

O Fórum Social Mundial (FSM) possui um caráter plural, articulando diferentes movimentos sociais em torno de questões ambientais, de gênero, raça, direitos humanos, além da economia solidária e outras.

O primeiro Fórum Social Mundial foi realizado em janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre¹ e desde então o processo vem avançando no sentido de facilitar o intercâmbio e a interlocução entre as diferentes experiências, compartilhando discussões e mantendo encontros periódicos. A Carta de Princípios do FSM estabelece que:

O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra.

Destas considerações destacamos dois aspectos. Em primeiro lugar, o FSM é um espaço de reflexão e também de ação, e neste sentido conjuga crítica com proposição. Em segundo, a pluralidade de movimentos sociais não é incompatível com um objetivo maior e comum a todos: a adoção de uma postura anticapitalista. Embora com diferentes pautas, agendas e formas de atuação, há um consenso em torno da crítica ao sistema posto e da busca de alternativas, muito embora nelas possam estar ressaltados diferentes aspectos por conta das especificidades dos grupos. De toda forma, o slogan do fórum não deixa dúvidas quanto a certa convergência entre seus participantes: “um outro mundo é possível”.

Embora estas sejam as intenções do Fórum Social Mundial, a realidade tem mostrado um persistente descompasso entre a dimensão crítica e a elaboração de propostas concretas. O problema não reside na insuficiência de propostas, mas sim na incapacidade de concretizá-las. A diversidade - característica do FSM – não deixa de ser uma dificuldade para a elaboração destas propostas, até porque delas depende uma definição anterior, ou seja, qual é este outro mundo, para então fazê-lo possível. Não se trata de descrições pormenorizadas sobre ele, mas de conciliar as demandas e expectativas em torno de um projeto anticapitalista.

Pela natureza do Fórum Social Mundial (FSM) é possível imaginar que ele tem sido um espaço privilegiado para as discussões sobre economia solidária, abrigando

¹ Sede dos fóruns: 2001, 2002 e 2003 em Porto Alegre; 2004 em Mumbai (Índia); 2005 em Porto Alegre; 2006 foi descentralizado (ou policêntrico): Bamako (Mali - África); Caracas (Venezuela – América) e Karachi (Paquistão – Ásia). Em 2007 em Nairóbi (Quênia), em 2008 foram realizadas mobilizações em várias cidades e em 2009 no Belém do Pará, Brasil. Em 2010 voltou a ter atividades descentralizadas no mundo e também no Brasil. Uma delas ocorreu em Porto Alegre e região metropolitana. Em 2011 terá como sede a cidade de Dakar (Senegal). <http://www.forumsocialmundial.org.br>

decisões que culminaram em grandes avanços sobre a mesma. De fato, já na realização do I FSM promoveu-se uma oficina sobre o tema - “Economia Popular Solidária e Autogestão” - com a participação de 1.500 pessoas e organizou-se o “Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária [GT-Brasileiro]”.

No FSM de 2003 foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), presidida por Paul Singer – teórico e prático da economia solidária -, bem como a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Sem a intenção de recuperar o histórico da relação entre economia solidária e FSM, nos contentamos em assegurar que esta relação vem se fortalecendo ao longo das edições do evento.

Em 2010 o Fórum Social Mundial foi descentralizado, com atividades em diversas regiões do mundo em diferentes datas. Também a edição realizada no Rio Grande do Sul aderiu ao formato da descentralização, expandindo as ações para outras cidades além da capital.

Entre os dias 22 a 24 de janeiro de 2010 ocorreu em Santa Maria o “I Fórum Social de Economia Solidária” e a “I Feira Mundial de Economia Solidária”. A feira estendeu-se entre os dias 25 e 29 de janeiro no município de Canoas, período de realização do 10º. Fórum Social Mundial em que a economia solidária também foi pautada em vários debates. Nota-se que para além de discussões e oficinas específicas, o tema foi citado em várias outras mesas e painéis de discussão.

Foi neste ambiente que entrevistamos 12 (doze) trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários que se alternavam entre as atividades de venda e exposição dos produtos e a participação nas discussões e oficinas. Deve-se registrar a adesão a esta prática de rodízio que permite aos trabalhadores participarem de diferentes atividades no decorrer do evento, além do compromisso assumido de relatá-las aos demais associados ou cooperados de seus empreendimentos.

Um breve perfil destes trabalhadores entrevistados revela uma maioria absoluta de mulheres (91,7 %) contra 8,3% de homens. A maior parte tem mais de 46 anos (58,3%) e 41,7% tem entre 26 e 45 anos. Há uma concentração de 58,3% de moradores do Rio Grande do Sul, 8,3% de moradores do Rio de Janeiro, sendo que este mesmo percentual se repete para aqueles oriundos do Distrito Federal, de Minas Gerais, do Acre e do Mato Grosso.

Na distribuição por escolaridade tem-se: 33,3% com ensino fundamental incompleto e 8,3% com ensino fundamental completo; 8,3% com ensino médio

incompleto e 25% com ensino médio completo; 16,7% com ensino superior incompleto e 8,3% com pós-graduação.

Na próxima seção destacamos algumas das falas que nos auxiliam na compreensão de como os trabalhadores percebem o trabalho autogestionário. Além disso, optamos por privilegiar a perspectiva teórica de Paul Singer sobre autogestão, mesmo que sem aprofundarmos ou esgotarmos suas contribuições.

2. Trabalho autogestionário: referências teóricas e práticas

A crise social e econômica vivenciada no final do século XX fez ressurgir as bases do que conhecemos atualmente como economia solidária, que de acordo com Singer (2003, p.116) pode ser entendida como

...um conceito amplamente utilizado dos dois lados do Atlântico, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da idéia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas. O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

Os empreendimentos econômicos solidários estão organizados na forma de cooperativas, associações, clubes de troca, feiras solidárias, empresas recuperadas (falidas), grupos informais, desde que preservados os princípios e valores relacionados à solidariedade e autogestão.

A autogestão é o modo democrático de administração destes empreendimentos, contrapondo-se ao modelo de heterogestão adotado pela administração capitalista ou tradicional. Nas palavras de Singer (2002, p.23):

A heterogestão parece ser eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas, que é o que seus donos almejam. A autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários [em termos] , que é o que seus sócios precisam.

A autogestão não é uma novidade, e Singer conta-nos sobre sua origem quando, durante a Revolução de Outubro, foram confrontadas duas vias para o socialismo. De um lado, a tese vencedora da centralização do Estado, num estágio que deveria ser transitório entre o capitalismo e o socialismo; de outro, a autogestão, com o controle exercido pelos operários. Em síntese, a primeira tentava colocar em prática os preceitos

do socialismo científico, que julgava necessário um período de transição coordenado pelo Estado. A segunda, herdeira do socialismo utópico de Robert Owen, sustenta as bases do que chamamos hoje de economia solidária.

A economia solidária, portanto, se coloca como um projeto anticapitalista, e a autogestão é central para este projeto. Na avaliação de Singer a prática generalizada da autogestão é importante uma vez que:

A autogestão generalizada da economia e da sociedade – que constitui a essência do programa econômico e político do socialismo – só conquistará credibilidade quando houver a prova palpável de que ela não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas. A construção de empreendimentos solidários é o método mais racional de obter tal prova. A alternativa seria apostar na crise geral do capitalismo, que forçaria a maioria a aceitar o socialismo, mesmo que seja como mal menor. (SINGER, 2000, p. 28)

Este exercício desafia a descrença na habilidade ou competência do trabalhador não especializado ou não escolarizado em gerenciar um empreendimento. É fato que a gestão de um empreendimento, mesmo coletivo, exige conhecimento técnico. Mas é certo também que este conhecimento não é aquele difundido nas universidades, que tem como foco a gestão de uma empresa capitalista. Não se trata de dispensar, mas sim de reelaborar e democratizar um conhecimento que tem suas especificidades – e que não são pequenas nem poucas.

Gerenciar um empreendimento solidário não é reproduzir a lógica, as técnicas e os conceitos utilizados nas empresas capitalistas. É antes uma vivência orientada por uma nova racionalidade, que inclui a participação dos trabalhadores na gestão, com disposição para investir tempo e paciência em reuniões nem sempre breves e objetivas. Certamente é um aprendizado de democracia impossível sob a heterogestão, uma vez que se fundamenta no conhecimento e nas decisões compartilhados pelos trabalhadores.

Na esteira das críticas a autogestão como opção de luta em nome do socialismo, lembramos que Goldmann batizou-a como “reformismo revolucionário”, uma vez que “... mais do que uma revolução política *anterior* às transformações econômicas, trata-se de realizar gradualmente um conjunto de transformações econômicas que devem redundar *posteriormente* em uma transformação política, violenta ou não.” (LÖWY; NAÏR, 2008, p.98)

Se num primeiro momento o autor mostrou-se reticente a esta estratégia socialista, advertindo sobre os perigos de integração inerente a todas as práticas de reformismo, após maio de 68 reexamina sua posição. A partir disso enaltece a autogestão como forma democrática de transformação, considerando os “... perigos que

poderão ameaçar as sociedades em que a autogestão não for imposta por um movimento revolucionário com participação popular maciça” (LÖWY; NAÏR, 2008, p.100)

Goldmann reavaliou sua interpretação sobre autogestão, antecipando de certa forma a aposta de Singer na economia solidária. O escopo deste trabalho não permite um resgate histórico a respeito das teses sobre a autogestão, por isto limitamos nossas considerações teóricas e nos voltamos ao sentido com que a autogestão é percebida pelos trabalhadores entrevistados.

Num primeiro momento há uma identificação da autogestão com a ausência de chefe, como podemos observar nas duas falas abaixo:

“Esse é a importância da Economia Solidária, não tem chefe né! Mas onde tiver chefe não é Economia Solidária, não adianta participar do grupo porque não continua sendo Economia Solidária.”

“A Economia Solidária não tem patrão e nem empregado, nós somos patrões, empregados, donos, somos tudo.”

Entretanto, há outros sentidos do trabalho autogestionário que extrapola esta característica, conforme os relatos que seguem. Na primeira fala o trabalhador ressalta a descoberta de sentir-se capaz pela gestão de um empreendimento, ao contrário do que habitualmente se alega a respeito da incapacidade do trabalhador, como mencionado anteriormente.

“O que que é isso? É tu ganhar a tua sobrevivência, é tu garantir os teus direitos, respeitando os direitos do teu companheiro de trabalho, sem deixar a máquina produtiva te minar a cabeça de que isso é possível, que tu não precisa ter um patrão, que tu também pode ser também dono de um empreendimento, de alguma atividade aonde que todos vão tá lucrando e não apenas uma pessoa.”

A próxima fala enfatiza a liberdade, o respeito e a solidariedade, além do próprio exercício da autogestão, classificado como uma “coisa muito bonita”.

“ Lá tu que decide o que tu vai fazer né, eu vou de manhã na cooperativa, pego o meu serviço e vou pra casa, trabalho a hora que eu quero, se eu tenho que sair durante o dia eu saio, e vou trabalhar a noite, os que eu faço, aquele tanto de peças por dia, não importa a hora que eu vou fazer né, então é uma coisa que eu acho que foi bom pra mim. É uma coisa bonita [...] tudo é decidido dentro do grupo, então é uma coisa muito bonita, cada uma respeitando a idéia da outra, o modelo, uma coisa ou outra assim, se dividindo, então não tem aquilo fulano fez isso, fulano fez aquilo, não existe isso e eu acho que, é um grupo de mulheres assim muito bem amigas né, se uma tá com muito serviço, uma ajuda uma a outra, então isso faz, ta muito bonito..”

Como Singer nos lembra “as pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como não o são à heterogestão.” (SINGER, 2002, p. 21) A questão cultural se coloca como um desafio para o exercício da autogestão, e o reconhecimento de suas virtudes não impede que se reconheçam também as dificuldades. Indagada sobre a forma com que tentam resolver os conflitos internos, ouvimos a seguinte resposta:

“A gente tem que sentar, discutir de novo pra resolver né. Não é fácil, depende, porque as vezes, do que cada um quer uma idéia né. Cada um expõe a sua, nos vamos ver qual é, as vezes junta todas e... Acaba todo mundo concordando...”

As dificuldades não se restringem àquelas vivenciadas no interior do empreendimento. Como projeto anticapitalista, a economia solidária esbarra em múltiplos desafios, decorrentes de “novo que nasce do velho”. Não obstante, seus benefícios não deixam de ser evidenciados, a exemplo do que se lê a seguir.

“Qual é a base da Economia Solidária dentro dos empreendimentos, é não ter o patrão né? Todos recebem conforme é o trabalho, produziu tanto, vendeu tanto é dividido entre tantos, por todos, independente se trabalhou mais ou se trabalhou menos, é autogestão, então assim, eu acho que isso vai interferir, isso no caminhar é muito difícil, porque o mundo é capitalista né, as grandes empresas, isso mexe[...] nós tivemos uma briga muito grande pra conseguir uma firma [...] em função dos comerciantes da volta, ah, mas eles não pagam impostos, mas é diferenciado porque nós fizemos um trabalho, nem que a gente faça vinte cestinhas, nenhuma vai ficar igual a outra, não é industrializado, uma vai ficar mais fininha, outra mais grossinha, outra eu vou pintar diferente né, então não tem como comparar eu ir numa loja e comprar tudo igual, no 1,99. o trabalho é diferenciado, isso que eles não entendem, que é diferente”.

Diante desta complexidade em que dificuldades e benefícios se encontram e disputam espaço cotidianamente, perguntou-se sobre o desejo de abandonar o trabalho autogestionário por uma experiência tradicional de emprego. A resposta foi unânime, e na sua maioria remeteu a comparações entre experiência anteriores de trabalho, a exemplo do que é relatado abaixo:

“Eu também não voltaria, porque eu somo tudo, se tu somar que tu vai ter que cumprir um horário, que tu vai ter que sair todo dia e cumprir um horário, as vezes chega no final do mês tu não recebi o teu dinheiro certo, e tem que cumprir aquele horário, e assim não, se eu for lá eu vendo, eu sei que a ... a Economia é diferente mesmo.[...] É diferente porque o trabalho é pra você né, tem que trabalhar pra você, sei lá é com mais carinho, o teu produto que vai mostrar... é uma coisa diferente o Economia Solidária”.(01)

Na comparação sobressaem aspectos que evidenciam o trabalho autogestionário como sinônimo de trabalho prazeroso, além de garantir melhor qualidade de vida.

“É diferente porque tu faz pra ti, é mais prazeroso, te entusiasma mais, tu faz melhor, tu tenta melhorar cada dia o que tu faz, porque é um serviço pra ti, e a pessoa que vai comprar... é diferente, é diferente tu trabalhar pra ti do que trabalhar para uma empresa.”

“Hoje eu não aceitaria. Em outro tempo eu acho até que aceitaria, mas hoje não. Hoje eu não tenho um salário mensal, mas eu tenho qualidade de vida, e isso é mais importante do que o salário mensal.”

A recorrência da idéia de que se trata de um trabalho “diferente” nos faz investigar do que se trata esta diferença, sintetiza na fala que segue:

“Trabalhar e não ser escravo, tu não depender de uma grande empresa, trabalhar pra ti, tu não tem patrão, tu ser o teu patrão, dar oportunidade para outras pessoas com o teu trabalho. O teu trabalho pra outra pessoa vai dar uma oportunidade, vai dar um diferencial, é diferente de ti trabalhar como empregado, com patrão é totalmente diferente.”

Mesmo admitindo a superioridade no que diz respeito à satisfação com o trabalho, não podemos idealizá-lo ou deixar de perceber os constrangimentos devidos a falta de condições reais de um sustento digno, incluindo as necessidades de garantia dos direitos destes trabalhadores. Na fala destacada percebe-se que ainda não é possível sobreviver apenas com o sustento extraído destas experiências.

“Eu tenho um trabalho capitalista, porque na realidade eu preciso, eu continuo falando com você agora eu tô em uma outra situação ainda que é a questão de você de separada, mesmo toda aquela história, ainda hoje me encontro na condição de separada, mas uma obrigação, então eu trabalho em uma companhia de teatro, aonde eu tenho que cumprir horário, aonde eu tenho que receber do, como é que se diz, do patrão, em troca disso, por isso que eu tô te falando, é, paralelo a isso, quando eu digo que é uma opção, uma questão de valores na minha opção de ver a vida, de como lidar com as pessoas, eu não posso viver exclusivamente a Economia Solidária.”

Em que pese o trabalho autogestionário ser considerado como uma opção de vida orientada por outros valores e princípios, infelizmente ainda não é possível extrair dele renda suficiente a fim de torná-lo uma opção realmente viável.

Considerações Finais

O trabalho autogestionário é identificado, por aqueles que vivem esta experiência, como um trabalho que valoriza o ser humano, reconhecendo suas habilidades e proporciona-lhes um trabalho com liberdade, respeito, solidariedade e prazer.

Não se quer e nem se pode idealizar o trabalho autogestionário, mas deixar de ver suas virtudes também não é prudente. Enquanto processo, é uma experiência que deve ser acompanhada e estimulada, e entre estes estímulos nos referimos também a mobilização em torno das reivindicações para fortalecer e garantir as condições para que de fato se torne uma alternativa viável e superior.

Voltando ao início do texto, deve-se reconhecer que o Fórum Social Mundial está se consolidando como um espaço de resistência, críticas e proposições, e que talvez a ênfase nesta última seja necessária para ver conjugadas ações em torno de um projeto anticapitalista que já se põe em movimento.

Como nos diz Singer, a autogestão é um exercício para que outra forma de organizar a sociedade seja possível, e a depender dos resultados colhidos pelas falas dos trabalhadores entrevistados, é fonte de um trabalho cujo sentido nos foi ensinado por Marx.

Referências

CARTA DE PRINCÍPIOS DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Disponível em <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=4&cd_language=1>

LÖWY, M.; NAÏR, S. **Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade**. São Paulo: Boitempo, 2008

SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, A .D.(org) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz editores, 2003. p.116-125

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A.R. [Org.] **A economia solidária no Brasil**. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000